

NOTA ECONÔMICA Nº22



Confederação Nacional da Indústria
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Evolução do emprego/desemprego nos últimos anos

Antes versus depois de uma intervenção como método de avaliação de impacto

A comparação do que ocorre antes e depois de uma intervenção é um método amplamente usado por não especialistas para realizar avaliações de impacto. No entanto, ele dificilmente é capaz de identificar o real impacto

de uma política ou programa. Como uma série de fatores, além da mudança na legislação trabalhista, afetaram o mercado de trabalho, ao menos que seja possível controlar a influência de todos eles, a simples comparação entre antes e depois não identifica corretamente os impactos da reforma.

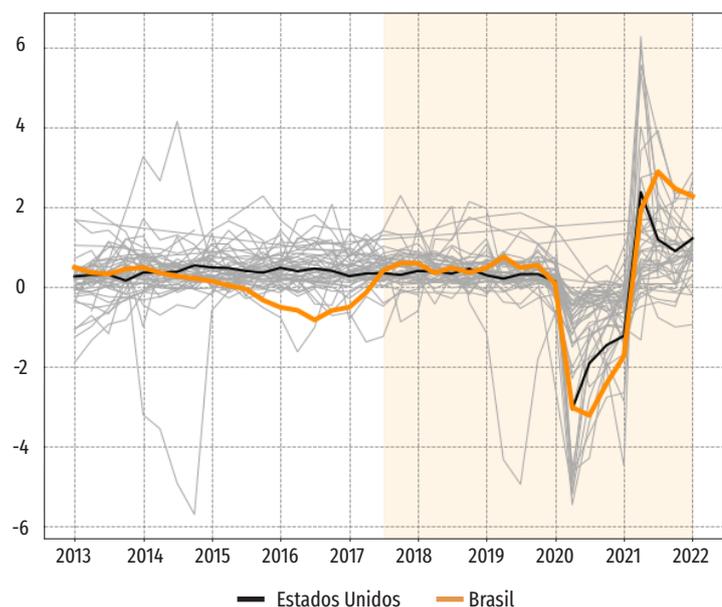
É incorreto atribuir as flutuações recentes no mercado de trabalho à reforma trabalhista sem considerar as restrições à circulação impostas pela pandemia

O cenário adverso imposto pela pandemia foi um desafio à atividade econômica ao longo dos dois últimos anos. Atribuir a causa da queda da ocupação à reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017) exige uma qualificação do debate, particularmente em um esforço que expurgue o efeito da pandemia e dos demais elementos contemporâneos que afetaram o mercado de trabalho. Caso contrário, *essa correlação não implica causalidade.*

Vale notar que a crise decorrente da pandemia de Covid-19 teve dimensões internacionais, com a queda brusca das ocupações ocorrendo em diversos países sobre os quais a reforma trabalhista brasileira não tem abrangência, conforme mostram os dados da Organização Internacional do Trabalho.

Gráfico 1 – População ocupada para 41 países ante o período de vigência da reforma

Taxa de variação da média móvel para quatro trimestres, em percentual (%)



Fonte: Organização Internacional do Trabalho

Segundo o Comitê de Datação de Ciclos (CODACE/FGV), a economia brasileira passou por fase de recessão entre o 2º trimestre de 2014 e o 4º trimestre de 2016. A trajetória do emprego nesse período foi atípica, considerando o contexto internacional. Enquanto o Brasil registrou taxa média de variação igual a -0,02% considerando a média móvel de 4 trimestres, o grupo de 40 países selecionado exibiu taxa média de variação de 0,33%. A partir do terceiro trimestre de 2017, o emprego no Brasil passou a evoluir positivamente, voltando a acompanhar a trajetória internacional.

No segundo trimestre de 2020, o nível do emprego, em termos mundiais, caiu fortemente como consequência das restrições à circulação de pessoas e desarranjos das cadeias produtivas

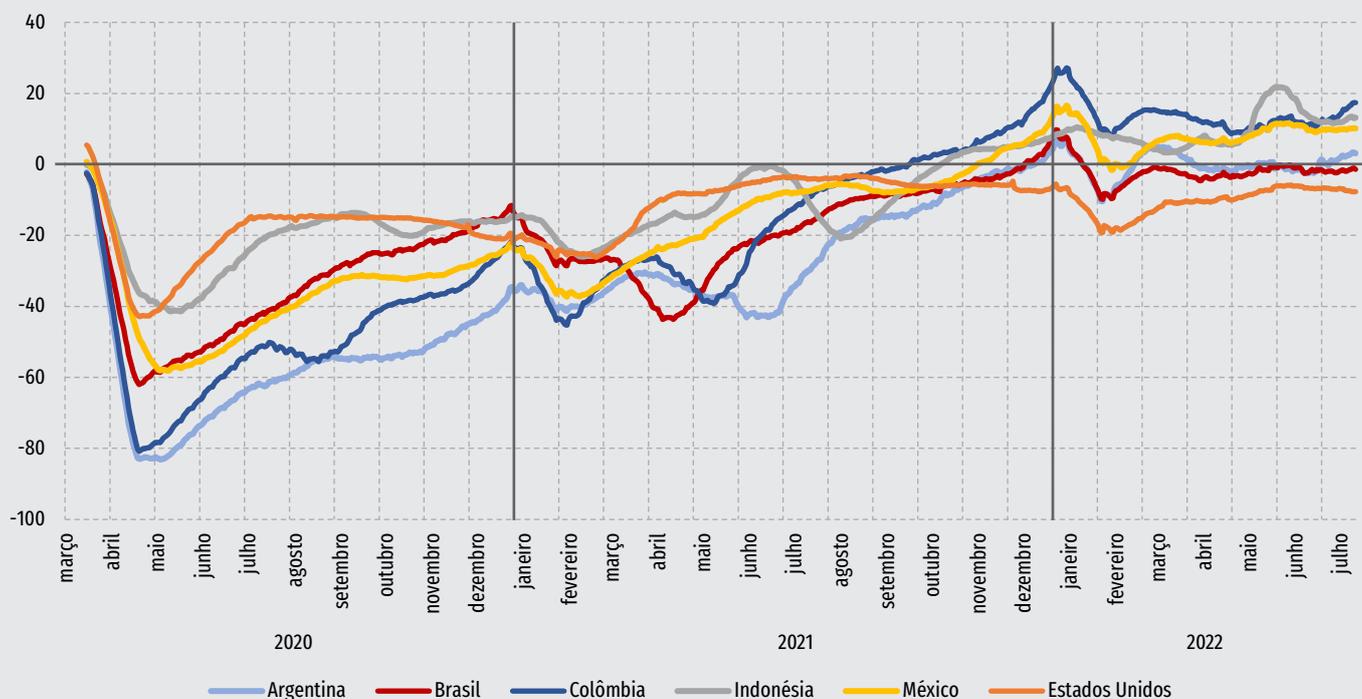
provocados pela pandemia de Covid-19 e pela incerteza decorrente desse cenário.

Uma breve observação dos dados de variação da mobilidade, medida pela frequência relativa aos locais de comércio e recreação e a residências mostra movimento oposto a cada um desses locais. Houve uma forte queda da frequência a estabelecimentos de comércio e recreação em março e abril de 2020, comportamento que se recuperou gradativamente – e com suas devidas particularidades ao longo dos meses - nos diferentes países. No Brasil, a frequência a locais de comércio e recreação chegou a cair 62% em abril de 2020¹, segundo dados dos Relatórios de Mobilidade da Comunidade do Google. Já a frequência a residências mostrou o movimento inverso, com forte expansão entre março e abril, que no Brasil chegou a 19% acima do normal para residências.

Nesse contexto, a interpretação da CNI é que os movimentos de queda nas ocupações observadas internamente são resultado da pandemia de Covid-19 e dos desafios decorrentes desse cenário, dificultando o trabalho de mensuração dos efeitos da reforma trabalhista.

Gráfico 2 – Frequência a locais de comércio e recreação em relação ao normal entre 2020 e 2022

Taxa de variação da frequência relativa, média móvel para 30 dias, em percentual (%)

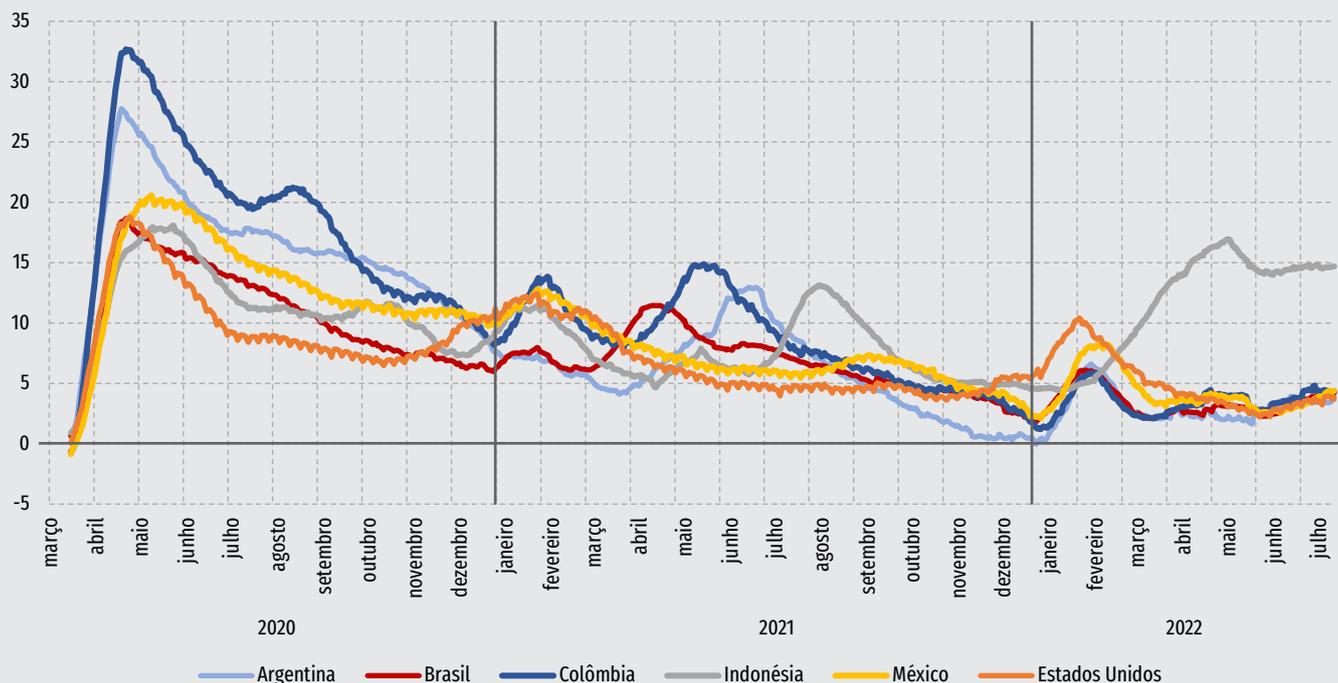


Fonte: Relatórios de Mobilidade da Comunidade – Google

¹ Para fins de facilitar a leitura dos dados, de frequência diária, foi adotada a média móvel de 30 dias.

Gráfico 3 – Frequência a residências em relação ao normal entre 2020 e 2022

Taxa de variação da frequência relativa, média móvel para 30 dias, em percentual (%)



Fonte: Relatórios de Mobilidade da Comunidade – Google

A recuperação da crise imposta pela pandemia tem sido mais rápida em relação às últimas três recessões

Segundo o Comitê de Datação de Ciclos (CODACE/FGV), os últimos três períodos de crise ocorreram entre o primeiro e o segundo trimestres de 2003; o último trimestre de 2008 e o primeiro trimestre de 2009; e de 2014 a 2016, com duração de 11 trimestres. Como o último comunicado do comitê é de junho de 2020, os anos de 2020 e 2021 não foram classificados. Observando o PIB trimestral dessazonalizado e adotando como referência os períodos datados pelo comitê, é possível fazer algumas comparações úteis.

Tendo os valores ao lado como referência, a queda do PIB trimestral a preços de mercado entre o último pico

sinalizado (4º trimestre de 2019) e o 2º trimestre de 2020 foi de -11,1%. A queda anualizada corresponde a -21%. Ou seja, uma queda mais abrupta que as três anteriores concentrada em apenas dois trimestres.

Tabela 1 - Contração do PIB ocorrida do pico ao vale nas últimas três recessões

Recessões	Duração em trimestres	Variação (%) do pico ao vale	Variação (%) anualizada
1º trimestre de 2003 ao 2º trimestre de 2003	2	-1,5%	-3,0%
4º trimestre de 2008 ao 1º trimestre de 2009	2	-5,1%	-10,0%
2º trimestre de 2014 ao 4º trimestre de 2016	11	-8,0%	-3,0%

Fonte: Comitê de Datação de Ciclos Econômicos – CODACE/FGV.

Entre o 2º trimestre de 2020 e o 4º trimestre de 2021, o crescimento do PIB trimestral correspondeu a 12,8%. O crescimento anualizado corresponde a 8,4%. De forma análoga à recessão, é também uma recuperação mais vigorosa que as anteriores, concentrada – até agora – em seis trimestres.

No que diz respeito ao mercado de trabalho², a recessão de 2014 a 2016 causou uma queda de 4,1 milhões de pessoas na população ocupada, entre o ponto mais alto (3º trimestre de 2014) e o ponto mais baixo (1º trimestre de 2017). Isso equivale a um recuo de 4% da ocupação, ou ainda, a uma queda de -1,8 milhão de trabalhadores ao ano.

Já em 2020, a queda da ocupação foi de 12 milhões de pessoas entre o 4º trimestre de 2019 e o 3º trimestre de 2020. Isso equivale a um recuo de 13% da população ocupada, ou ainda, -16,1 milhões de trabalhadores ao ano. Comparando a taxa anualizada, a crise da pandemia corresponde a 9,5 vezes a crise de 2014-2016.

Tabela 2 - Expansão do PIB posterior às últimas três recessões

Expansões	Duração em trimestres	Crescimento (%) do vale ao pico	Crescimento (%) anualizado
3º trimestre de 2003 ao 3º trimestre de 2008	21	30,2%	5,1%
2º trimestre de 2009 ao 1º trimestre de 2014	20	22,5%	4,1%
1º trimestre de 2017 ao 4º trimestre de 2019	12	5,1%	1,7%

Fonte: Comitê de Datação de Ciclos Econômicos – CODACE/FGV.

Gráfico 4 – População ocupada por trimestre durante as recessões de 2014-2016 e 2020

Em milhões de pessoas



Fonte: Pnad Contínua Trimestral - IBGE.

No que diz respeito às expansões, entre o 2º trimestre de 2017 e o 4º trimestre de 2019 houve um aumento de 8% da população ocupada, que corresponde a 6,7 milhões de pessoas ocupadas, ou ainda, um crescimento anual de 2,4 milhões de ocupados.

A recuperação entre o 4º trimestre de 2020 e o 4º trimestre de 2021 já registrou um aumento de 12,3 milhões de pessoas ocupadas. Isso equivale a um aumento de 15% da ocupação e, anualmente, corresponde a um acréscimo de 9,8 milhões de pessoas trabalhando.

2 A série da Pnad contínua trimestral se inicia em 2012, de modo que foi possível analisar somente a última recessão e expansão anteriores à pandemia.

Como espera-se continuidade da recuperação, ainda é cedo para calcular a amplitude do vale ao pico, tanto em termos de PIB como de ocupação. Contudo, ao analisar o crescimento anualizado, nota-

se que a velocidade da recuperação atual tem sido superior à das expansões passadas nos dois critérios. Tendo em vista o caráter sem precedentes dessa crise e as particularidades de cada recessão, limitaremos nossa análise a essa breve comparação.

É excessivamente prematuro buscar efeitos sobre o mercado de trabalho de 2018 e 2019

Um efeito esperado da reforma trabalhista é a redução da taxa de desemprego de longo prazo. Ottoni e Barreira (2021) estimam uma queda da taxa natural de desemprego entre -1,1 e -3,5 pontos percentuais. Os autores ressaltam que reformas trabalhistas costumam demorar algum tempo para produzir seus primeiros efeitos sobre o desemprego e estimam que, no Brasil, os efeitos da reforma comecem a se tornar evidentes dentro de pelo menos 5 anos, e que impactos completos sejam sentidos dentro de 10 anos.

Em entrevista à revista Conjuntura Econômica de setembro de 2021, o pesquisador do FGV IBRE e ex-secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Fernando de Holanda Barbosa

Filho, menciona, a respeito da reforma trabalhista, que “[...] ainda não sabemos ao certo o impacto da reforma trabalhista, pois desde que foi aprovada nunca voltamos à normalidade.” O pesquisador afirma, no entanto, que a tendência da reforma é de redução da taxa natural de desemprego e possivelmente aumento da formalidade.

Um observador desavisado poderia atribuir à reforma trabalhista de 2017 o aumento da ocupação verificado após o início da vigência da lei, e interpretar como uma aceleração interrompida pela pandemia. No entanto, vale reforçar que *essa correlação não implica causalidade*. Conforme mencionado em Ottoni e Barreira (2021), as características institucionais observadas no Brasil envolvem questionamentos jurídicos e incertezas políticas, que incluem a proposta de revogação da reforma, e que “[...] tendem a promover um ambiente de elevada insegurança institucional aos empregadores que pensam em adotar a nova lei, inibindo contratações pelas novas modalidades de trabalho e comprometendo o processo de implementação da reforma”.

Gráfico 5 – População ocupada por trimestre durante o período de vigência da reforma trabalhista

Em milhões de pessoas



Fonte: Pnad Contínua Trimestral - IBGE.

A participação das ocupações formais foi prejudicada pelo comportamento atípico da População Economicamente Ativa (PEA) durante a pandemia

A População Economicamente Ativa (PEA) é composta pela soma da população ocupada e desocupada³, indicando a oferta efetiva de mão de obra no período, enquanto a taxa de participação da População Economicamente Ativa (PEA) sobre a População em Idade Ativa (PIA) traduz a absorção da mão de obra pelo mercado.

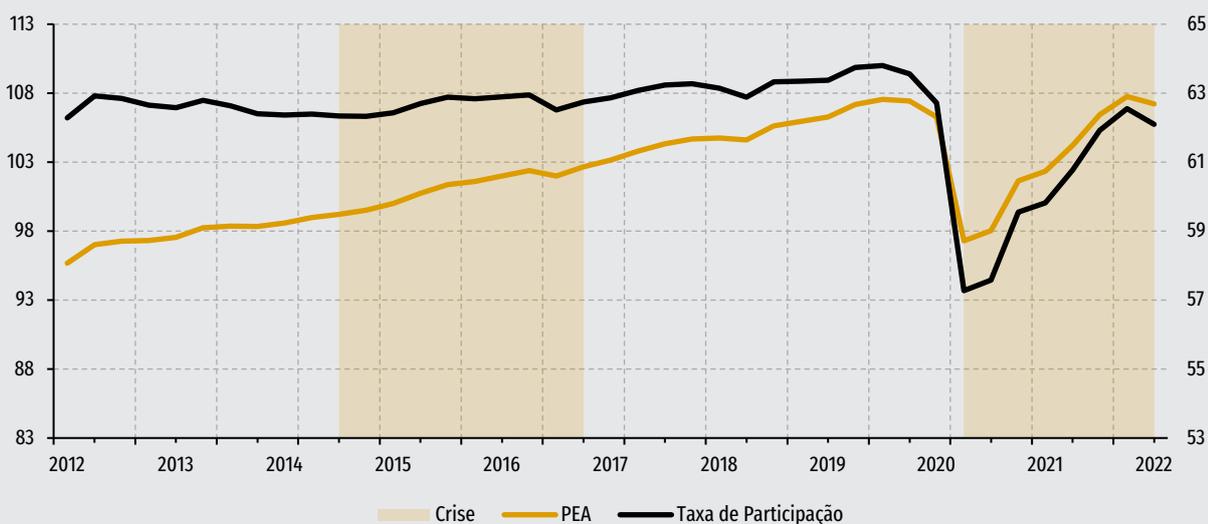
Entre 2012 e 2019, a taxa de participação apresentou trajetória relativamente estável, permanecendo acima de 60%,

ao mesmo tempo em que a tendência de crescimento da PEA foi mantida, mesmo em períodos de crise econômica. Ou seja, a oferta de trabalho foi expandida, enquanto a absorção da mão de obra permaneceu em nível estável.

Entretanto, devido à pandemia, a PEA registrou queda brusca e a taxa de participação atingiu 56,7%, o mínimo da série, no 2º trimestre de 2020. Esse movimento incomum indica retração da oferta de trabalho e da capacidade de absorção da mão de obra por parte do setor produtivo, estando associado à expansão das pessoas em situação de desalento, aquelas que estão desocupadas e não buscaram por trabalho, embora estivessem disponíveis.

Gráfico 6 - População economicamente ativa e taxa de participação sobre pessoas em idade de trabalhar

Em milhões de pessoas, trimestre móvel, e percentual (%)



Fonte: Pnad Contínua Trimestral - IBGE.

Embora tanto ocupações formais quanto informais tenham caído abruptamente com o início da pandemia, a intensidade de queda das informais foi superior, contribuindo em maior medida com a retração da PEA. De igual maneira, a recuperação da PEA está estreitamente relacionada ao avanço mais acelerado das ocupações informais, cuja maior flexibilidade explica o ajuste mais rápido em fase de recuperação econômica.

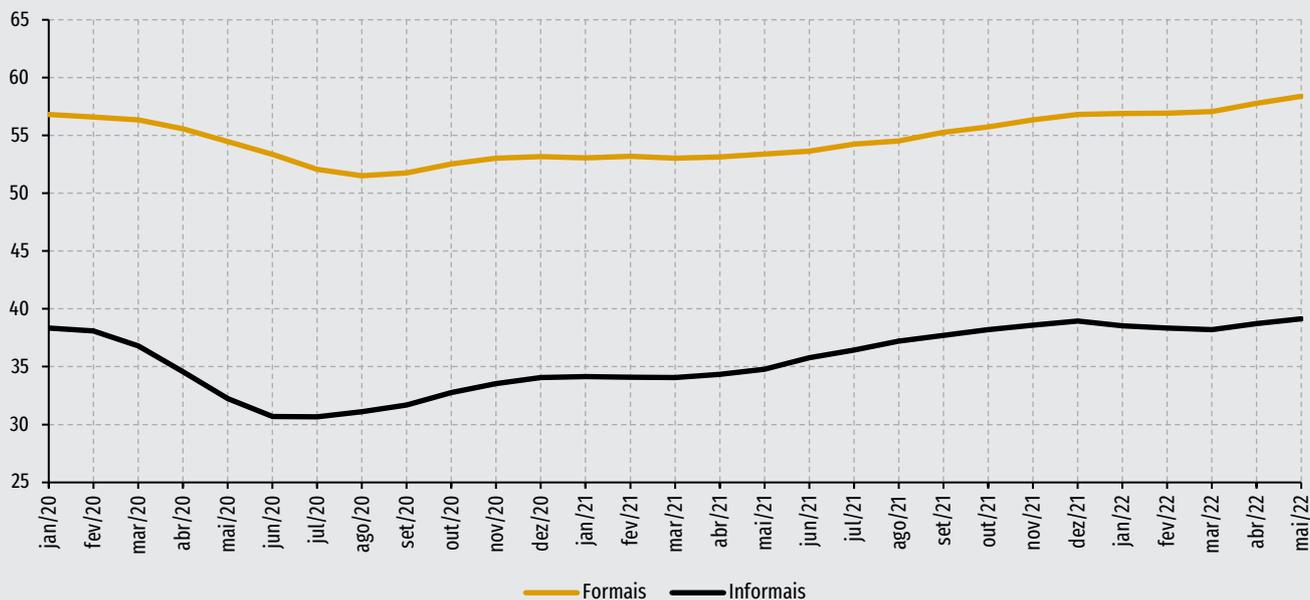
Consequentemente, a evolução da formalidade e da informalidade nos últimos dois anos não pode ser avaliada sem a compreensão das mudanças na estrutura do mercado de trabalho impostas pela pandemia.

Em síntese, a avaliação do impacto da reforma trabalhista esbarra em contextos adversos tanto em fase anterior quanto posterior à sua aprovação, resultando em movimentos atípicos para o mercado de trabalho. A pandemia, em especial, foi responsável por alterações na estrutura do mercado de trabalho não observadas em período recente, dificultando a realização de comparações adequadas.

3 Segundo classificação do IBGE, população desocupada abrange pessoas que não tinham trabalho, num determinado período de referência, mas estavam dispostas a trabalhar, e que, para isso, tomaram alguma providência efetiva nos últimos 30 dias (consultando pessoas, jornais, etc.).

Gráfico 7 - Ocupações formais e informais

Em milhões de pessoas, trimestre móvel



Fonte: Pnad Contínua Trimestral - IBGE.

<http://www.portaldaindustria.com.br/publicacoes/2022/nota-economica/>

Documento concluído em 19 de julho de 2022.

NOTA ECONÔMICA | Publicação da Confederação Nacional da Indústria - CNI | www.cni.com.br | Diretoria de Desenvolvimento Industrial e Economia - DDIE | Diretora: Lytha Battiston Spindola | Gerência Executiva e Economia - ECON | Gerente-executivo: Mário Sérgio Carraro Telles | Gerência de Análise Econômica - GAE | Gerente: Marcelo Souza Azevedo | Análise: Cláudia Perdigão e Larissa Maria Nocko | Coordenação de Divulgação - CDIV | Coordenadora: Carla Gadêlha | Design gráfico: Carla Gadêlha

Serviço de Atendimento ao Cliente - Fone: (61) 3317-9992 email: sac@cni.com.br

Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.

